

TEIAS E TRAMAS: FAMÍLIA E MANUFATURA TÊXTIL NO CONCELHO DE GUIMARÃES (PORTUGAL) NOS FINAIS DO SÉCULO XIX

*Ana Silvia Volpi Scott**

Resumo. Este artigo discute as possíveis relações existentes entre o desenvolvimento da manufatura têxtil do algodão e a organização da família no Noroeste Português, tomando como exemplo o estudo da comunidade de São Tiago de Ronfe (Concelho de Guimarães) nas décadas finais do século XIX. Argumenta-se que as mudanças no nível econômico, causadas pelo relativo sucesso da manufatura do algodão no período, constituíram fatores decisivos para algumas alterações na composição e estrutura da família que foram detectadas através do estudo dessa comunidade ao longo de dois séculos (1700-1900). As décadas finais do século XIX apresentaram uma tendência de alteração de elementos importantes - como a idade de acesso ao casamento, os índices de ilegitimidade e de celibato definitivo, entre outros - que serão examinados à luz das mudanças vinculadas àquela atividade econômica.

Palavras-chave: industrialização; mudanças sociais; Portugal.

SPINNING-WHEELS AND PLOTS: THE FAMILY AND TEXTILE MANUFACTURING IN THE GUIMARÃES COUNTY (PORTUGAL) IN THE LATE 19TH CENTURY

Abstract. Possible relationships between the development of cotton textile manufacturing and the family organization in northeastern Portugal are discussed. The São Tiago de Ronfe (Guimarães county) community in the late 19th century is analyzed. Studies of the community during two centuries (1700-1900) have shown that changes at the economical level caused by the relative success of the cotton industry during the period were decisive factors for modifications in the compositions and the structure of the family. The last decades of the 19th century showed a trend towards certain important changes such as the age in which marriages were celebrated, rates of illegitimate children and definitive option for celibacy. These factors will be examined from the point of view of the above economical activity.

* Professora do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS (São Leopoldo – RS)

Key words: industrialization; social changes; Portugal.

Nas últimas décadas os estudos sobre a família em Portugal apresentaram um desenvolvimento extraordinário, que pode ser verificado através do aumento da quantidade e da qualidade dos trabalhos vindos a lume. Quer na forma de monografias publicadas, quer na forma de dissertação de Mestrado e Doutorado (por merecerem uma divulgação mais adequada), ou ainda na forma de artigos em revistas especializadas e comunicações em congressos e colóquios, os títulos multiplicam-se.

Paralelamente à crescente produção, os estudiosos interessados neste tema se davam conta da complexidade do sistema familiar português, chegando inclusive a questionar a própria adequação e aplicabilidade deste conceito sobre a sociedade portuguesa¹, uma vez que é sensível a variação entre as diferentes regiões e no próprio interior de cada região.

Não obstante, embora o desenvolvimento neste campo de análise tenha sido excepcional nestes últimos anos, existem ainda temas mal-conhecidos e pouco explorados capazes de trazer outros elementos que viriam a complicar mais o equacionamento do “sistema familiar português”.

Os estudos de carácter microanalítico, que procuram analisar comunidades específicas, constituem fontes de mapeamento importantes para examinarmos esta situação de extrema variabilidade de organizações familiares que não se limitam aos termos mais abrangentes como norte e sul, litoral e interior, rural e urbano, etc².

Essa diversidade manifesta-se inclusive em áreas reconhecidamente homogêneas, sendo que o Minho, exemplo paradigmático desta homogeneidade, é uma região para a qual os estudos (de resto mais numerosos) apontam uma diferenciação intra-regional acentuada.

As considerações que faremos em seguida tiveram por base o estudo que realizamos de uma comunidade do Baixo Minho, situada no

¹ Veja-se o prefácio de Robert Rowland (Scott, 1999):VII.

² Veja-se, por exemplo, a recente produção dos investigadores do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS) – Universidade do Minho, que embora concentrem seu interesse mais na região noroeste, começam a ampliar o seu raio de estudos, abrangendo variadas zonas do país.

Concelho de Guimarães, entre os anos de 1700 e 1900. A freguesia (hoje vila) de Ronfe foi escolhida por dois motivos essenciais: em primeiro lugar porque possuía uma documentação rica e farta, depositada tanto no Arquivo da Casa Paroquial, quanto no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; em segundo lugar porque, à primeira vista, ela não parecia diferir de outras comunidades do Noroeste Português.

São Tiago de Ronfe estava inserida numa região caracterizada por uma forte e constante emigração diferencial masculina, onde ainda era notório o acesso restrito das populações ao matrimônio, representado por idades médias elevadas ao primeiro casamento e um significativo celibato definitivo. Mais ainda, como acontecia com as comunidades minhotas em geral, outros traços distintivos importantes eram as elevadas taxas de ilegitimidade e práticas de herança que permitiam o favorecimento de um dos herdeiros.

A economia local estava baseada na agricultura, sendo o milho o principal produto agrícola. A terra estava dividida em pequenas porções e alguns proprietários poderiam possuir dois ou mais pedaços de terra separados. Apesar da considerável produção do milho, que contribuiu para acabar com as fomes periódicas que assolavam a região, o balanço entre o crescimento da população e os recursos disponíveis repousava num equilíbrio bastante precário.

O Minho e as zonas nas quais está dividido (Alto e Baixo Minho) mostram-se uma área de extremo interesse para a investigação dos sistemas familiares, pois, embora fosse uma região agrícola por excelência, apresentou a componente de um artesanato têxtil tradicional (do linho e mais tarde do algodão) que, de acordo com as nossas hipóteses, terá tido influência decisiva nas mudanças que se introduziram nos finais do século XIX. Esta conjuntura de transformação forneceu elementos dos mais ricos para analisar como as famílias camponesas enfrentaram essa mudança e como elas mesmas foram modificadas a partir de então.

Foi possível entrever que a componente do artesanato doméstico, que caracterizava mais especificamente a região correspondente ao Baixo Minho, lançava novas perspectivas para a análise da freguesia de São Tiago de Ronfe, pois a fiação e a tecelagem contribuía para a melhora das condições de subsistência dos agregados domésticos.

Este tipo de atividade estava perfeitamente inserido naquele meio. A sazonalidade típica da agricultura permitia o uso de mão-de-obra

ociosa, já que em determinados períodos o trabalho não era tão intensivo. Desta forma, principalmente as mulheres podiam dedicar-se ao artesanato têxtil.

Como frisamos anteriormente, a segunda metade do século XIX registrou uma importante transformação, provocada pela substituição do linho pelo algodão como matéria-prima. Este fato, em nossa opinião, causou profundas transformações na comunidade que estudamos.

Estas transformações são apontadas por elementos muito precisos, obtidos através da análise dos indicadores demográficos da freguesia de São Tiago de Ronfe, como, por exemplo, a razão de sexo, a idade ao primeiro casamento, o celibato, as taxas de ilegitimidade. Se tomarmos estes indicadores ao longo dos anos setecentos e oitocentos, verificaremos que as mudanças tornaram-se mais aceleradas a partir do último quartel do século XIX e repercutiram, inclusive, na própria organização do agregado doméstico.

Os indicadores demográficos são expressivos. Vejamos, por exemplo, a idade média de acesso ao primeiro casamento para as mulheres, que na primeira metade do século XVIII era 27.5 anos e no começo do século XX havia caído para 26.1 anos. Também a idade ao casar para os indivíduos do sexo masculino acusou uma queda, mais acentuada até, de 30.5 para 27.9. A importância do celibato definitivo também refluíu para homens e mulheres: enquanto iniciamos com valores próximos de 12 para os homens e 26 para as mulheres, no final do período analisado o celibato definitivo masculino havia caído para 4.4 e o feminino para 10.3.

A ilegitimidade também era um traço característico daquela comunidade, pelo menos desde finais do século XVI (Scott, 1999b): 229. Entretanto as taxas de ilegitimidade apontavam para uma tendência de queda sensível, partindo, no início dos anos setecentos, de índices próximos dos 17% para taxas de 6% no final do século XIX. Pelo contrário, a fecundidade matrimonial não apresentou qualquer declínio significativo.

Verificou-se, por outro lado, que em 1740 a relação entre os sexos era da ordem de apenas 66.7 homens para cada cem mulheres e nos finais do século XIX já havia atingido a cifra de 86.8. Ao mesmo tempo, constatamos que também a organização do agregado doméstico apresentou alterações significativas, principalmente em relação à chefia do mesmo. Enquanto nos meados do século XVIII, 36% dos agregados

eram chefiados por mulheres, no final do século XIX apenas 21% o eram. Se considerarmos apenas os agregados chefiados por mulheres solteiras, encontramos 20% em meados dos anos setecentos, e apenas 7% de mulheres solteiras na chefia dos agregados na virada para o século XX.

Esta comunidade, como de resto todas as paróquias minhotas, estava sob uma forte vigilância da Igreja Católica. O controle sobre a população era praticado através de visitas regulares efetuadas pelos bispos ou seus delegados. As visitas pastorais tinham como objetivo não só supervisionar o estado de conservação da igreja, os seus instrumentos de culto e os acessos à mesma, mas, principalmente, deveriam controlar e zelar pelo correto cumprimento das normativas contidas nas constituições sinodais do Arcebispado de Braga. Tais visitas eram mais regulares até as primeiras décadas do século XIX.

Não obstante, a elevada ilegitimidade encontrada constitui um indicador de que nem sempre as normas eram seguidas e que, naquela comunidade, o peso das relações sexuais fora do casamento era indiscutível. De fato, as fontes compulsadas (originadas a partir das visitas pastorais³) mostraram que uma parcela significativa da população apresentava um comportamento moral reprovável, “pecaminoso” em outras palavras, praticando relações extramatrimoniais e gerando filhos naturais.

A análise da comunidade e de sua relação com a Igreja, e com os visitantes em especial, tornou visíveis os limites que se impunham à aplicação das normativas eclesiásticas e à própria perseguição e condenação aos pecados públicos. Embora sob forte pressão dos visitantes, e com a ameaça constante das punições que os bispos impunham aos infratores, as pessoas continuavam a viver de maneira condenável, de forma pecaminosa aos olhos da Igreja, e os casos de concubinato eram numerosos. Como é possível explicar esta situação?

Ora, a chave para entender a contradição entre a “idéia” - disseminada entre muitos autores - de que certos países eram tão “católicos” que não permitiam qualquer relacionamento entre os sexos fora do casamento (como é o caso de Portugal) e a constatação de uma forte incidência de concubinato está no fato de que tal comportamento não deve ser ligado exclusivamente às questões de caráter moral e religioso; ele deve ser analisado, antes tudo, através da óptica da realidade

³ Sobre as características destas fontes e o seu grau de interesse para a história da família veja-se em (Scott, 1999b): 175 e seg. e bibliografia final.

demográfica das comunidades, que sofriam tanto com a falta de equilíbrio entre homens e mulheres quanto com a precariedade do equilíbrio entre os recursos disponíveis e o crescimento da população.

Apesar da pressão da Igreja Católica para impor o ideal da “família legítima” (casais unidos sob as bênçãos do sacramento do matrimônio), era virtualmente impossível para uma parcela significativa da população alcançar os modelos admitidos pela Igreja.

O acesso muito restrito ao casamento, a tradição no favorecimento de alguns herdeiros, o desequilíbrio entre os sexos - causado pela forte emigração masculina -, a impossibilidade de aumentar os recursos além dos já existentes, todos estes fatores impunham obstáculos à formação da “família ideal”. Nestas condições, a população era obrigada a criar estratégias específicas e mecanismos alternativos para ultrapassar os entraves à formação da família ideal.

Mais ainda: longe de ser uma comunidade igualitária, homogênea, a desigualdade socioeconômica era flagrante. Alguns indicadores podem sugerir a distância que separava os indivíduos. Numa comunidade onde a riqueza era escassa, onde o acesso à terra não era geral, onde poucos indivíduos possuíam uma junta de bois (8% para o ano de 1782) e onde apenas 10.6% dos homens tinham acesso ao voto (1857) é claro que essa desigualdade se refletiria na vivência cotidiana dos indivíduos. Desta forma, com grupos sociais tão distintos a família tinha que desempenhar funções diferentes, com estratégias de reprodução próprias.

Os indivíduos que permaneciam na comunidade e não tinham acesso ao casamento legítimo eram levados a encontrar outros caminhos, escolhendo ou sendo impelidos a formar a “família possível”, quando o matrimônio legítimo estava além das suas possibilidades.

Resta, não obstante, esclarecer por que acreditamos que a introdução da manufatura do algodão tenha contribuído para a alteração dos comportamentos demográficos e da organização da vida familiar naquela comunidade. Para isso procuraremos recompor alguns percursos individuais e familiares, relacionando-os às mudanças que estavam a ocorrer no interior da comunidade, especialmente a partir do último quartel do século XIX.

As alterações detectaram-se exatamente quando se aceleraram as mudanças econômicas causadas pelo desenvolvimento da manufatura do algodão. A primeira consequência prática dessa mudança no nível econômico foi o surgimento de novas oportunidades de trabalho fora da

agricultura tradicional, permitindo que a população masculina permanecesse na terra natal. Testemunhamos uma queda acentuada nos quantitativos de saída de indivíduos naturais ou residentes na freguesia ao longo do século XIX. Em 1820, por exemplo, cerca de 16% dos habitantes eram dados como ausentes (róis de confessados⁴); oitenta anos mais tarde, em 1900, eram apenas 1.8%.

Distribuição da população total, efetiva e ausente

Ano	Fogos N.º Abs.	População Total N.º Abs.	População Efetiva		População Ausente	
			N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
1800	239	826	730	88,4	96	11,6
1805	230	830	748	90,1	82	9,9
1810	239	862	753	87,4	109	12,7
1815	235	859	731	85,1	128	14,9
1820	232	867	729	84,1	138	15,9
1825	243	911	788	86,5	123	13,5
1829	239	882	756	85,7	126	14,3
1835	227	823	718	87,2	105	12,8
1839	234	783	734	93,7	49	6,3
1844	233	826	751	90,9	75	9,1
1852	250	836	744	89,0	92	11,0
1857	260	881	791	89,8	90	10,2
1860	247	862	774	89,8	88	10,2
1865	249	876	783	89,4	93	10,6
1870	240	825	756	91,6	69	8,4
1877	235	969	934	96,4	35	3,6
1880	245	986	976	99,0	10	1,0
1885	242	982	957	97,5	25	2,6
1890	266	1185	1151	97,1	34	2,9
1895	267	1229	1176	95,7	53	4,3
1900	285	1254	1231	98,2	23	1,8

Fonte: Róis de Confessados (Scott, 1999b)

Não só a população deixou de ausentar-se, como São Tiago de Ronfe passou a receber uma quantidade sempre crescente de indivíduos naturais de outras localidades, como fica claro através dos dados

⁴ O rol de confessado, ou libri status animarum, ou ainda rol da desobriga eram listas efetuadas anualmente pelo pároco, na época da quaresma para controlar que todos os indivíduos residentes maiores de sete anos haviam confessado e comungado (ao menos uma vez no ano)

recolhidos nos assentos de casamentos realizados na igreja daquela freguesia, no que diz respeito à naturalidade dos nubentes.

O número de casamentos que reuniam cônjuges de fora da freguesia, no decorrer do século XIX, chegou a ultrapassar o conjunto dos que reuniam indivíduos naturais de São Tiago de Ronfe. Interessante também é notar que a freguesia atraía homens, mas também mulheres em percentagens significativas. Entre 1801 e 1900 cerca de 35% dos noivos e 20% das noivas eram de fora de Ronfe e para lá iam para casar-se.

Naturalidade dos nubentes em Ronfe (1801-1900)

1801-1850			
	Mulheres		
Homens	Natural de Ronfe	Natural de Fora	Total
Natural de Ronfe	71	49	120
Natural de Fora	84	32	116
Total	155	81	236

1851-1900			
	Mulheres		
Homens	Natural de Ronfe	Natural de Fora	Total
Natural de Ronfe	88	60	148
Natural de Fora	104	46	150
Total	192	106	298

Fonte: Fichas de Família (Scott, 1999b)

Por outro lado, quando nos referimos às mudanças econômicas e ao surgimento de novas oportunidades de trabalho para a população de Ronfe e áreas vizinhas⁵, devemos pensar no tipo de indivíduos que eram atraídos e se, de fato, era a manufatura do algodão e as atividades a ela relacionadas que suscitavam o deslocamento daqueles indivíduos.

Embora seja difícil estabelecer com precisão esta informação, devido à falta de dados sistemáticos, os homens e mulheres que se deslocavam para São Tiago de Ronfe eram de um largo espectro social. Eram os criados e as criadas, os jornaleiros e as jornaleiras, os tecelões e as tecedeiras os que apareciam em maior quantidade. Contudo, também foram registrados alfaiates, sapateiros, proprietários e proprietárias, lavradores e lavradeiras, moleiros, enfim uma gama variada de pessoas

⁵ Isto porque a grande maioria dos indivíduos que vieram a casar-se em Ronfe era natural das freguesias contíguas ou muito próximas (mais de 60% dos noivos naturais de fora e mais de 47% das noivas). Veja-se (Scott, 1999b): 210-211.

que vinham em busca de melhores condições de vida e novas oportunidades de trabalho.

Tais oportunidades de emprego ficaram explícitas na análise dos dados provenientes do Relatório da Exposição Industrial de Guimarães, realizada em 1884, e principalmente através dos Inquéritos Industriais publicados em 1881 e 1891, que dão indícios da situação do concelho de Guimarães como um todo. Retomemos algumas informações de interesse.

A conjuntura da produção do algodão, a partir de inícios da década de 1860, sofreu uma reviravolta com o deflagrar da Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América. Analisando, por exemplo, a conjuntura específica da Sociedade de Fiação de Vizela, José Manuel Cordeiro verifica que com a conseqüente falta de algodão como matéria-prima, aquela fábrica soube aproveitar a oportunidade e, a partir de então, iniciou um período de grande prosperidade, que foi referido no Inquérito Industrial de 1881. Cordeiro acredita que, a fim de aproveitar a oportunidade que se lhe oferecia, tenha se iniciado uma situação de *putting out*, quando se distribuía o fio aos tecelões que trabalhavam em regime domiciliário, com a posterior recolha dos tecidos que a empresa comercializava.

Este sistema tem profundas raízes e, na opinião de José Manuel Cordeiro, prova a persistência do "sistema antigo" na indústria de Guimarães, que marcava a situação do concelho na época da Exposição Industrial de 1884 (Cordeiro 1991). Aproveitando-se de uma conjuntura econômica favorável, foi possível, através de um sistema de produção já tradicional na região, oferecer mais oportunidades de trabalho para a população naquele ramo de atividade específico.

Segundo ainda o mesmo autor, o relatório proporciona uma boa compreensão da realidade industrial do concelho naquela época; isto é, ele retrata, essencialmente, a persistência de uma estrutura industrial completamente desprovida de características modernas, ou seja, que ainda não utilizava a tecnologia então disponível, quer no que diz respeito aos processos de fabrico, quer no que concerne às opções energéticas destinadas ao acionamento das fábricas, quer ainda quanto ao sistema de organização que orientava o processo produtivo (Cordeiro 1991)VII.

A expressão que talvez sirva com maior acuidade para ilustrar a situação é a que caracterizava o concelho de Guimarães como "*uma vasta*

oficina" pois, como os organizadores da exposição assinalaram, a indústria se encontrava

"estabelecida geralmente em pequenas oficinas, e disseminada em muitas secções pelas freguesias rurais, com um trabalho quase todo manual... uma feição económica de outros tempos" (Sampaio e Meira 1884):16.

Cordeiro endossa a posição expressa naquele relatório, confirmando que não havia teares mecânicos na indústria têxtil vimaranense em 1884, possuindo toda a produção um carácter manual (Cordeiro, 1991): VIII.

O que é de interesse nesta experiência relatada para a Sociedade de Fiação de Vizela por José Lopes Cordeiro é a prática de um processo que evitava o investimento de capital na instalação de uma secção de tecelagem equipada com teares mecânicos.

Não só na Bacia do Ave, mas também no Médio Ave (Marques 1988) a indústria de cotins e riscados de algodão tingido era, nessa época, uma indústria dispersa pelas freguesias rurais e exercida pelos tecelões na sua própria habitação, que terá no sistema de *putting out* a base de algumas modernas fábricas da região (Cordeiro 1995):59.

São Tiago de Ronfe, segundo o Relatório da Exposição Industrial de 1884, estava ligada ao fabrico de "*cotins e riscados d'algodão tingido e de linho cru e tingido*". De acordo com o relatório, dizia-se que havia alguns teares dentro da cidade para o fabrico daqueles artigos; entretanto:

"o maior número está disperso por muitas freguesias rurais e principalmente na de Fermentões, **Ronfe**, Serzedello, Creixomil etc... Se exceptuarmos a Real Fabrica de Carreiros, propriedade dos Srs. Guimarães & Filho, que tem um número bastante considerável de teares e alguma outra menos importante, a tecelagem destes tecidos faz-se em teares dispersos pelas casa dos tecelões" (Sampaio e Meira, 1884):50.

Também a freguesia de São Tiago de Ronfe aparece expressamente citada no mesmo relatório, numa segunda oportunidade, numa atividade intimamente ligada à primeira: a tinturaria. Diziam os autores do relatório:

"Esta indústria foi importada com a tecelagem dos cotins. Os primeiros tintureiros foram os fabricantes destes tecidos.

Depois alguns abandonaram a tecelagem e ficaram somente com aquela. Em todo o caso ainda hoje o que se tinge é o fio d'algodão destinado a cotins e riscados... Não há mais que 4 oficinas de tinturaria, estando a mais importante localizada na freguesia de **Ronfe**" (Sampaio e Meira, 1884):77

O Concelho de Guimarães encontrava-se, portanto, desde meados do século XIX, numa situação de desenvolvimento industrial, e especialmente entre 1884 e 1923 (Segunda Exposição Industrial), registrou-se um crescimento muito significativo da indústria têxtil algodoeira. A existência de uma série de fatores positivos, como, por exemplo, o concelho ser densamente povoado e haver mão-de-obra especializada, criou condições propícias a esta indústria intensiva em mão-de-obra (Marques, 1988):58.

São Tiago de Ronfe reunia também as condições para o desenvolvimento destas atividades ligadas à indústria têxtil, no final do século XIX: a freguesia era densamente povoada e havia disponibilidade de mão-de-obra especializada, oriunda da fiação e tecelagem do linho. Testemunho irrefutável disso é o Inquérito Industrial de (1891).

Os resultados publicados no Inquérito Industrial de 1891, na parte dedicada ao Concelho de Guimarães, apresentam dados que lançam elementos da maior relevância. Os diferentes setores de atividade estão organizados de tal forma que é possível conhecer, para cada um deles, o capital fixo e circulante empregue, a duração do trabalho e número médio de operários e aprendizes empregados em cada estabelecimento existente no concelho (Inquérito Industrial, 1891: 148-154).

Para o concelho todo, foram discriminados os seguintes setores de atividade: albardas, alfaiataria, algodão (fiação e tecelagem), calçado (sapataria), calçado (tamancaria), caldeiraria, carpintaria, carruagem (carros e carroças), cerâmica (olaria), chapelaria, chapéus (de chuva e de sol), cola, colheres (de pau e palitos), confeitaria, construções (civis), correio, curtumes, cutelaria, encadernação, fogueteiro, funileiro, linho (fiação e tecelagem), marcenaria, ourivesaria, padaria, peneiros, pentes, pregaria, relojoaria, saboaria, serração de madeira, tanoaria, tinturaria e tipografia.

A fiação e tecelagem do linho, demonstrando a sua irreversível substituição pelo algodão, aparecem em apenas oito pequenas indústrias, sendo quatro localizadas na freguesia de São Tiago de Lordelo. Entretanto, a principal, de Antônio da Costa Gomes & Cia., localizada na

Estrada dos Castanheiros, ficava em Guimarães. Esta apresentava um capital fixo de 18:000\$000 e 12:000\$000 de capital circulante, empregando 61 operários⁶.

Da infinidade de ramos arrolados, cabe destacar o predomínio incontestável, já nesse ano de 1891, das atividades de fiação e tecelagem do algodão que reuniam 44 *pequenas indústrias* (termo utilizado na fonte) espalhadas pelo concelho.

Estas unidades todas dispunham de um capital fixo de 26:099\$000 e um capital circulante de 87:638\$800. Contavam com uma mão-de-obra de quase 1400 operários, sem incluir aí os aprendizes.

Estas unidades estavam assim distribuídas, de acordo com o montante de operários que empregavam:

**Número de operários e unidades produtivas têxteis
no concelho de Guimarães**

Nº Operários	Unidades Fabris
0 – 10	09
11 – 20	20
21 – 40	08
41 – 99	02
100	05
Total	44

Fonte: Scott, 1999b

A grande maioria (mais de 80%) reunia até 40 operários. Entre as que atingiram o máximo de 100 operários (cinco no total), três estavam localizadas em São Cristóvão de Cima do Selho, uma em São Jorge de Cima do Selho e a última em São Tiago de Ronfe.

De fato, a freguesia de Ronfe aparece bem colocada entre as outras do concelho que se dedicavam à fiação e tecelagem do algodão. Das 44 pequenas indústrias situadas no concelho e ligadas a esta atividade, nove estavam situadas na freguesia (mais de 20%). Além da fiação e tecelagem que pertencia a Joaquim da Silva Martins, do lugar do Olival, que reunia 100 operários, temos mais outros 187 operários espalhados pelas outras oito unidades produtoras, o que também

⁶ Testemunho da importância desta fábrica é a percentagem que representa do total deste setor de actividades: total de capital fixo para todas as fábricas de linho arroladas era de 22:505\$000, de capital circulante 13:978\$000, empregando 149 operários.

representa 20% do total de operários existentes no concelho ligados àquele setor reunidos naquela freguesia.

O peso da freguesia de Ronfe no total também pode ser analisado a partir do montante de capital que reunia: capital fixo de cerca de 4:400\$000; capital circulante perto dos 52:000\$000 - quase 17% do capital fixo de todo o concelho, e mais de 59% do capital circulante, conforme Inquérito Industrial (1891):148-151. Parece ser uma situação que faria a freguesia desempenhar um papel atrativo, não só para os naturais de lá, por isso inibindo a saída de grandes contingentes de população, bem como representando um pólo de atração para indivíduos naturais das freguesias circunvizinhas.

Além disso, São Tiago de Ronfe tinha uma posição privilegiada no setor de tinturaria, já mencionada no Relatório da Exposição Industrial de 1884, anteriormente referido. O Inquérito Industrial de 1891 veio confirmar a manutenção desta importante atividade ligada à manufatura do algodão, quando arrolou dois moradores de Ronfe como possuidores de duas das três pequenas indústrias de tinturaria existentes em todo o concelho. Tais oficinas representavam respectivamente 4:000\$000 (quase 90%) dos 4:500\$000 do capital fixo total, e 55:000\$000 (mais de 91%) dos 60:300\$000 do capital circulante envolvido naquela produção em todo o concelho (Inquérito Industrial, 1891):154.

Este contexto geral do concelho de Guimarães nos finais do século XIX, e o específico da freguesia de São Tiago de Ronfe, justificam também uma outra constatação, relacionada ao problema emigração que afetava Portugal nas décadas finais do século XIX. Aquele concelho marchava à contramão da tendência nacional, que indicava o crescimento do número de emigrantes em todos os distritos. Na freguesia de Ronfe, particularmente, registrou-se não só fixação da população lá nascida, mas a sua atuação como pólo de atração a nível concelhio. Acreditamos que o peso da tradição minhota ligada à emigração para o Brasil, no caso daquela freguesia, perdeu para uma situação concreta que se apresentava⁷.

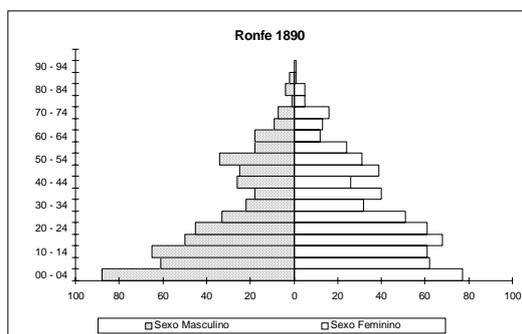
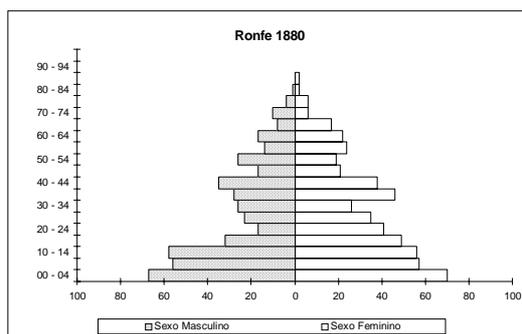
O que nos resta de importante ainda para aprofundar é o impacto que esta situação, que se começa a desenhar no último quartel do século XIX, teve sobre o sistema familiar vigente naquela sociedade. Esta perspectiva será abordada ao tratarmos das interações possíveis entre as

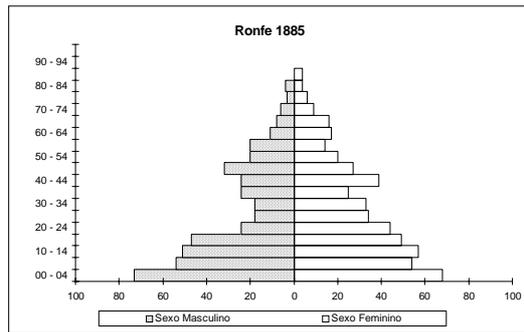
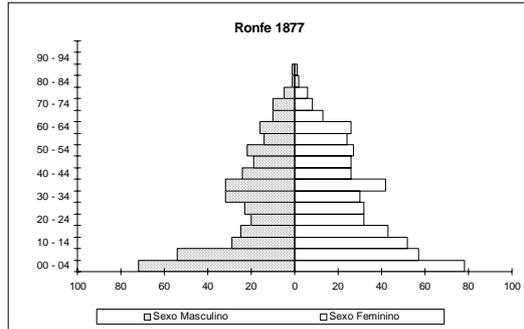
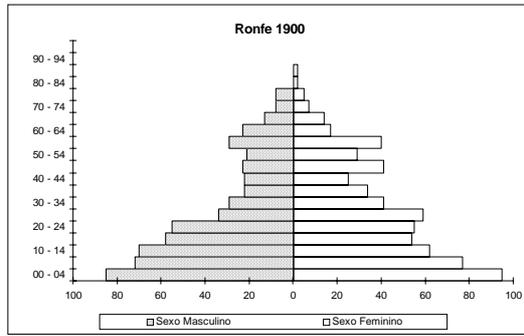
⁷ Sobre a questão da emigração para o Brasil e a situação da freguesia de São Tiago de Ronfe, veja-se (Scott 1999a).

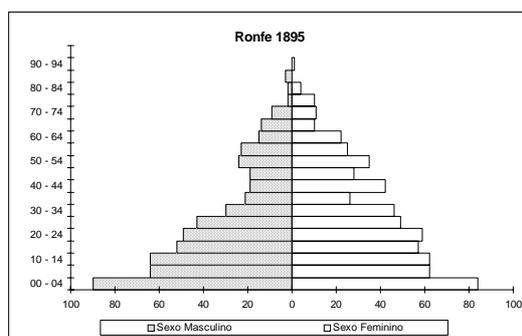
mudanças econômicas que estavam a ocorrer na comunidade e as trajetórias de vida dos indivíduos e famílias.

Os dados arrolados nos róis de confessados daquela paróquia podem fornecer indícios importantes para esta discussão. Além da própria questão da evolução das saídas dos indivíduos da comunidade, aquela fonte permite um exame aprofundado da estrutura da população, em especial a partir de 1877, quando os róis de confessados passam a referenciar a idade de todos os habitantes da freguesia, e não apenas a dos maiores de sete anos. Com isso tivemos a possibilidade de elaborar pirâmides de idades em intervalos selecionados (1877, 1880, 1885, 1890, 1895, 1900).

Pirâmides de idade pelos róis de confessados 1877 – 1900 População Residente







Fonte: Róis de Confessados (Scott, 1999b).

Como pode ser observado, o conjunto das pirâmides apresenta deformações típicas de populações pequenas com importantes movimentos populacionais de saída. Primeiro isso é indicado pelo peso maior do lado que representa a população feminina, e depois pela reentrância característica de alguns grupos etários, que se apresenta muito mais marcada nos anos iniciais entre 1877 e 1885 e depois menos vincada (1890-1900), especialmente nas faixas etárias entre os 10 e 14 anos e os 25 e 29 anos, onde se concentravam as saídas.

Os anos finais mostram um maior equilíbrio entre os sexos nas diferentes faixas etárias, indicando que a população já não encarava a saída da freguesia de forma tão necessária. Como vimos, as ausências apresentaram uma queda sistemática a partir de 1877, e com certeza refletem a nova situação vivida pela freguesia, a partir do desenvolvimento de atividades ligadas à fiação e tecelagem do algodão, o que passou a estimular a permanência dos indivíduos nas faixas etárias entre os 10 e os 30 anos.

Estes homens e mulheres passaram a fazer parte do mercado matrimonial local e, paralelamente, indivíduos de outras freguesias começaram a deslocar-se para as zonas onde a atividade têxtil se concentrava (região que englobava a freguesia de Ronfe), elevando o ritmo de crescimento populacional que, no caso de São Tiago de Ronfe, ultrapassou a velocidade de reprodução dos fogos, alterando também uma tendência de crescimento paralelo que se mantinha desde a primeira metade do século XVIII (Scott, 1999b).

Também é esclarecedor analisar os dados que reúnem a as proporções da população por faixa etária e por estado matrimonial, no intervalo entre 1877 e 1900.

Proporção de solteiros, casados e viúvos por sexo e faixa etária

Ano de 1877						
% de Homens			Grupo De idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	0,0	100,0	Até 19	100,0	0,0	0,0
0,0	0,0	100,0	20 a 24	77,1	22,9	0,0
0,0	51,7	48,3	25 a 29	54,5	45,5	0,0
3,1	65,6	31,3	30 a 34	41,9	58,1	0,0
0,0	75,8	24,2	35 a 39	32,6	65,1	2,3
4,2	75,0	20,8	40 a 44	23,1	69,2	7,7
0,0	94,7	5,3	45 a 49	36,0	52,0	12,0
21,3	70,0	8,8	50 ou +	29,0	50,5	20,6

Ano de 1885						
% de Homens			Grupo De idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	0,0	100,0	Até 19	98,9	1,1	0,0
0,0	29,6	70,4	20 a 24	75,6	24,4	0,0
0,0	84,2	15,8	25 a 29	52,8	47,2	0,0
5,3	68,4	26,3	30 a 34	33,3	66,7	0,0
0,0	100,0	0,0	35 a 39	23,1	76,9	0,0
8,3	79,2	12,5	40 a 44	23,1	74,4	2,6
6,3	87,5	6,3	45 a 49	25,9	70,4	3,7
16,7	66,7	16,7	50 ou +	31,1	41,1	27,8

Ano de 1895						
% de Homens			Grupo De idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	0,0	100,0	Até 19	100,0	0,0	0,0
0,0	12,7	87,3	20 a 24	78,1	21,9	0,0
0,0	59,1	40,9	25 a 29	54,0	46,0	0,0
6,7	73,3	20,0	30 a 34	43,5	54,3	2,2
0,0	95,2	4,8	35 a 39	44,4	51,9	3,7
5,0	80,0	15,0	40 a 44	25,0	68,2	6,8
9,5	81,0	9,5	45 a 49	20,7	62,1	17,2
15,1	74,2	10,8	50 ou +	25,4	44,1	30,5

Ano de 1880						
% de Homens			Grupo de idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	0,0	100,0	Até 19	100,0	0,0	0,0
0,0	27,8	72,2	20 a 24	80,5	19,5	0,0
0,0	22,7	77,3	25 a 29	45,7	54,3	0,0
0,0	100,0	0,0	30 a 34	26,9	73,1	0,0
3,4	86,2	10,3	35 a 39	32,6	65,2	2,2
2,9	80,0	17,1	40 a 44	34,2	60,5	5,3
0,0	76,5	23,5	45 a 49	23,8	76,2	0,0
16,9	74,7	8,4	50 ou +	26,8	49,5	23,7

Ano de 1890						
% de Homens			Grupo de idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	0,0	100,0	Até 19	100,0	0,0	0,0
0,0	13,7	86,3	20 a 24	83,3	16,7	0,0
0,0	60,0	40,0	25 a 29	48,1	50,0	1,9
0,0	87,0	13,0	30 a 34	53,1	46,9	0,0
0,0	77,8	22,2	35 a 39	30,0	70,0	0,0
3,8	92,3	3,8	40 a 44	25,9	66,7	7,4
4,0	88,0	8,0	45 a 49	25,6	66,7	7,7
18,5	71,7	9,8	50 ou +	23,9	46,8	29,4

Ano de 1900						
% de Homens			Grupo De idade	% de Mulheres		
V	C	S		S	C	V
0,0	1,0	99,0	Até 19	97,0	3,0	0,0
0,0	21,1	78,9	20 a 24	81,8	18,2	0,0
2,9	65,7	31,4	25 a 29	47,5	50,8	1,7
3,3	76,7	20,0	30 a 34	36,6	63,4	0,0
4,5	81,8	13,6	35 a 39	37,1	51,4	11,4
0,0	95,5	4,5	40 a 44	36,0	60,0	4,0
4,3	82,6	13,0	45 a 49	17,1	73,2	9,8
22,5	65,7	11,8	50 ou +	22,0	45,8	32,2

Fonte: Scott, 1999b

É possível ver, claramente, como esta distribuição se modificou no curto lapso de tempo entre 1877 e 1900, sobretudo no que se refere às faixas etárias mais jovens (até 29 anos), onde a proporção dos indivíduos casados (tanto do sexo masculino como do feminino) apresenta uma faixa etária de entrada cada vez mais precoce. Apenas como ilustração, vemos que no ano de 1877 os homens casados até os 29 anos representavam 51.7% e as mulheres 45.5%; em 1900 a percentagem havia subido para 65.7 para os homens e 50.8 para as mulheres.

Destarte, podemos perspectivar como um dos primeiros comportamentos da população a serem alterados, no contexto da expansão da atividade econômica ligada à manufatura do algodão, a concreta entrada de um contingente maior de população no mercado matrimonial, ao mesmo tempo em que se manifesta uma tendência de diminuição da idade de acesso ao casamento.

Por outro lado, a importância do setor ligado ao fabrico de produtos têxteis fica explícita através da análise da estrutura ocupacional dos habitantes da freguesia. Basta lançarmos um olhar sobre o tipo das ocupações que foram referidas nos registros paroquiais para estabelecermos o peso daquela atividade como complemento fundamental da economia doméstica.

Os quadros revelam um conjunto expressivo de diferentes ocupações que se concentram em torno das duas atividades econômicas predominantes nos séculos XVIII e XIX - agricultura e tecelagem. Entretanto estas informações devem ser tomadas com cautela. Os dados reúnem um número reduzido de casos, pois muitas vezes não há indicação alguma sobre a ocupação dos indivíduos. Mais do que isso, limitamo-nos às informações obtidas para o chefe de família somente.

Se, por outro lado, reunirmos as indicações para os homens e para as mulheres, sem a preocupação de quantificar a informação, mas qualificar as diferentes atividades, teremos um conjunto no qual é marcante a importância do setor de fiação e tecelagem. Encontramos referências às assedadeiras de linho, coradeiras, dobadeiras de algodão, empregados no tinto, fabricantes de tecidos, fiadeiras, fiadeiras de roca, fiadeiras de linha, ocupados em tirar algodão, tecedeiras, tecedeiras de cotim, tecelões, tintureiros, torcedeiras de linha, urdidores de cotins, urdideiras. Não se pode, portanto, repensar a comunidade sem levar em conta esta atividade.

Verifica-se, além do mais, o aumento dos casamentos que passam a unir indivíduos vindos de fora e que têm ocupação ligada ao fabrico de tecidos. Note-se que isto é claro para ambos os sexos, mas no caso das mulheres naturais de fora e que se vêm casar em Ronfe, chama a atenção.

Ocupações por Ramo de Atividade Tipo 1

Profissão do Pai	Total
Caseiro	89
Criado	7
Feitor	1
Jornaleiro	59
Lavrador	20
Proprietário	119
Total	295

Fonte: Fichas de Família (Scott, 1999b)

Ocupações por Ramo de Atividade Tipo 2

Profissão do Pai	Total
Alfaiate	7
Carpinteiro	22
Cesteiro	1
Fabricante	42
Ferreiro	1
Moleiro	4
Operário	1
Pedreiro	3
Sapateiro	3
Serralheiro	1
Tamanqueiro	17
Tanoeiro	1
Tecelão	80
Tintureiro	11
Urdidor de teias	1
Total	195

Fonte: Fichas de Família (Scott, 1999b)

Ocupações por Ramo de Atividade Tipo 3

Profissão do Pai	Total
Barbeiro	3
Caixeiro	1
Carretão	1
Cocheiro	1
Negociante	4
Total	10

Fonte: Fichas de Família (Scott 1999b)

Entre 1851 e 1900, encontramos o casamento em Ronfe de duas tecedeiras naturais de Santa Maria de Airão, três tecedeiras naturais de Brito, uma tecedeira de Delães, uma dobadeira e quatro tecedeiras de Gondar, quatro tecedeiras de Joane, uma tecedeira de Leitões, duas de Mogege, duas de Paraíso, três de São Jorge de Selho, além de uma dobadeira e mais cinco dobadeiras de Vermil. Todas estas freguesias são contíguas ou muito próximas de São Tiago de Ronfe, embora tenhamos referência a outras localidades mais distantes. O mesmo se deu com os homens que vieram casar-se em Ronfe. Embora haja uma gama de ocupações mais variadas⁸, o peso dos tecelões e operários faz-se sentir. No caso de conhecermos a naturalidade e a ocupação simultaneamente para os dois cônjuges que vieram de fora da freguesia, em 68% dos casos a mulher exercia uma ocupação ligada à atividade têxtil, contra 55% dos homens.

A existência de um conjunto de “pequenas indústrias” têxteis, como foram referidas no Inquérito Industrial de 1891, gerou um movimento de atração para a freguesia que se acentuou no final do século XIX e acabou por marcar profundamente a sua estrutura socioeconômica.

Outro aspecto pode ser examinado à luz destes dados, e refere-se à questão da ilegitimidade. O primeiro elemento mencionado foi uma queda dos seus percentuais, especialmente significativa no decorrer do século XIX. Entre 1801 e 1850 eram 11.6% os nascimentos ocorridos fora do casamento; entre 1851 e 1900 giravam em torno de 6%.

Também a análise específica do perfil das mães das crianças naturais mostrou aspectos a serem referidos. Um dos indicadores mais importantes relacionados a estas mães de filhos naturais foi uma tentativa de estabelecer a sua condição socioeconômica. Uma forma de nos

⁸ Inclusive porque, quantitativamente comparando, é muito mais significativa a referência nos registos paroquiais das ocupações para os indivíduos do sexo masculino do que do feminino.

aproximarmos do universo social em que se movimentavam estas mulheres era a designação da sua ocupação. Infelizmente esta informação só aparece de maneira muito fragmentada, e entre os anos de 1700 a 1900 foi indicada alguma ocupação das mesmas em apenas 43 fichas de famílias ilegítimas, formadas por mães solteiras. Entretanto, apesar da escassez numérica dos dados, foi possível entrever algumas possibilidades sugestivas de interpretação dos mesmos.

Ocupação das Mães Solteiras	
Ocupação	Quantidade
Cabaneira	02
Costureira	02
Criada	10
Empregada na lavoura	01
Escrava	01
Fiandeira	01
Jornaleira	02
Lavadeira de algodão	04
Lavradeira	02
Moleira	02
Pobre	02
Tecedeira	14

Fonte: Fichas de Família (Scott, 1999b)

É possível assumir, para as mães de filhos naturais, a mesma posição do antropólogo João de Pina Cabral ao relacionar a maternidade ilegítima às camadas de população mais marginalizadas e sem acesso à terra (Pina Cabral, 1984 e 1989). Das atividades relacionadas acima podemos notar que a maternidade ilegítima estava associada a mulheres de um estatuto social mais baixo, que não tinham acesso à terra: jornaleiras, cabaneiras (mulheres sem acesso ao menor pedaço de terra), pobres. Por outro lado, também é inegável a contribuição para os elevados índices de ilegitimidade na freguesia, das mulheres que estavam ligadas à atividade de fiação e tecelagem de linho e mais tarde algodão: são as fiandeiras, tecedeiras e lavadeiras de algodão, responsáveis por uma quantidade apreciável de nascimentos de ilegítimos. Da mesma forma as criadas aparecem como um importante núcleo de geração de filhos ilegítimos, quantitativamente menos importante apenas que as tecedeiras.

Não obstante, esta atividade econômica ligada à manufatura do algodão não estava restrita apenas aos grupos mais modestos e marginalizados, como as tecedeiras e fiandeiras, dando origem a famílias ilegítimas. As diversas fontes compulsadas referentes à freguesia de São

Tiago de Ronfe testemunharam o gradativo encaminhamento de uma parcela melhor situada (do ponto de vista socioeconômico) dos seus habitantes para esta atividade. A importância desse grupo aparece em situações muito concretas, como, por exemplo, através da crescente participação dos tecelões e outros profissionais do setor no processo eleitoral da comunidade, o que reforça o peso que esta camada passou a representar, em termos da comunidade, especialmente a partir das mudanças efetuadas na legislação eleitoral de 1878⁹.

Ocupação dos eleitores

Ocupação	1857	1860	1865	1870	1880	1885	1890
Não Declarada	1	0	0	0	0	4	0
Alfaiate	0	0	0	0	1	1	3
Almocreve	0	0	0	0	1	1	1
Caixeiro	0	0	0	0	1	1	1
Carpinteiro	0	0	1	2	14	10	12
Cascalheiro	0	0	0	0	1	1	0
Caseiro	1	2	9	0	0	0	0
Cesteiro	0	0	0	0	1	0	0
Fabricante	0	0	0	0	7	11	13
Ferreiro	0	0	0	0	2	1	2
Jornaleiro	0	0	0	0	25	20	27
Lavrador Caseiro	8	6	2	11	0	0	0
Lavrador	0	0	0	0	42	38	43
Moleiro	1	2	1	2	3	3	3
Negociante	0	0	1	1	1	2	3
Padre	2	1	2	2	2	2	2
Pedreiro	0	0	0	0	1	2	2
Proprietário	21	25	30	26	26	24	24
Sapateiro	0	0	0	0	2	3	2
Tamanqueiro	1	1	0	0	10	9	8
Tecelão	0	0	0	0	28	25	42
Tintureiro	0	0	0	0	7	5	9
Vendeiro	1	1	2	1	1	1	1
Total	36	38	48	45	176	164	198

Fonte: Recenseamentos Eleitorais (Scott, 1999b)

Conseguimos também recompor a participação mais efetiva de alguns indivíduos e famílias neste setor produtivo. Uma abordagem microanalítica, como a que fizemos, permitiu o acompanhamento da

⁹ Sobre as alterações efectuadas na legislação eleitoral portuguesa entre 1852 e 1899 veja-se (Scott, 1999b):280-281.

trajetória de alguns grupos familiares importantes que assumiram papel relevante neste tipo de atividade, desde meados do século XIX. No final do período de que nos ocupamos, virada para o século XX, eles detinham lugar primordial na exploração e organização da manufatura do algodão, ocupando uma posição privilegiada como empregadores da mão-de-obra fornecida pelos tecelões e tecedeiras que acudiram àquela freguesia, em números cada vez mais expressivos.

Por ocasião do Inquérito Industrial de 1891 foram referidos os nomes dos indivíduos de cada uma das freguesias que compunham os diversos distritos e concelhos portugueses e que estavam ligados aos setores de produção industrial.

Para cada um destes ramos foram citados os *nomes dos proprietários* e as respectivas freguesias onde estavam instalados. No setor da fiação e tecelagem do algodão e da tinturaria encontramos referências sistemáticas à freguesia de Ronfe, com a citação de exatamente 11 estabelecimentos cuja propriedade cabia a indivíduos sobre os quais havíamos reunido informações nominativas provenientes das diferentes fontes compulsadas.

Partindo, portanto, dos nomes referidos no Inquérito Industrial de 1891, fomos buscar as trajetórias da vida pessoal e familiar daqueles indivíduos, com o objetivo de conhecer as estratégias de reprodução que marcaram aquelas famílias e encontrar possíveis diferenças ou semelhanças em relação aos outros estratos que compunham a comunidade. Este exercício permitiu que recuperássemos as teias e tramas familiares que uniam alguns indivíduos. Reconstruímos um emaranhado de ligações que produziu uma espécie de *clã* que dominou as atividades de fiação e tecelagem do algodão na freguesia de São Tiago de Ronfe no último quartel do século XIX.

Começamos com o grupo de indivíduos citados no Inquérito Industrial de 1891, os quais constituíram o ponto de partida para que pudéssemos retroceder no tempo e encontrar as suas raízes, familiares, sociais e econômicas. São eles:

**Proprietários de pequenas indústrias na freguesia de São Tiago de Ronfe
(1891)**

Nome	Naturalidade	Lugar de Residência	Setor Produtivo
Joaquim Silva Martins	Ronfe	Olival	Algodão (fição e tecelagem)
Augusto Silva	Ronfe	Pedroso	Algodão (fição e tecelagem)
Antonio Silva Marques	Fora	Poça	Algodão (fição e tecelagem)
Antonio Diniz Machado Carvalho	Ronfe	Olival	Algodão (fição e tecelagem)
Antonio Fernandes	Ronfe	Formão	Algodão (fição e tecelagem)
Manuel Pereira Machado	Ronfe	Formão	Algodão (fição e tecelagem)
Joaquim Lopes	Fora	Igreja	Algodão (fição e tecelagem)
Francisco José Fernandes	Ronfe	Boa Vista	Algodão (fição e tecelagem)
José Manuel Fernandes	Ronfe	Boa Vista	Algodão (fição e tecelagem)
Anastácio Ribeiro Barbosa	Fora	Gremil	Tinturaria
José Joaquim Machado Guimarães	Ronfe	Pedroso	Tinturaria

Fonte: Inquérito Industrial 1891 (Scott 1999b)

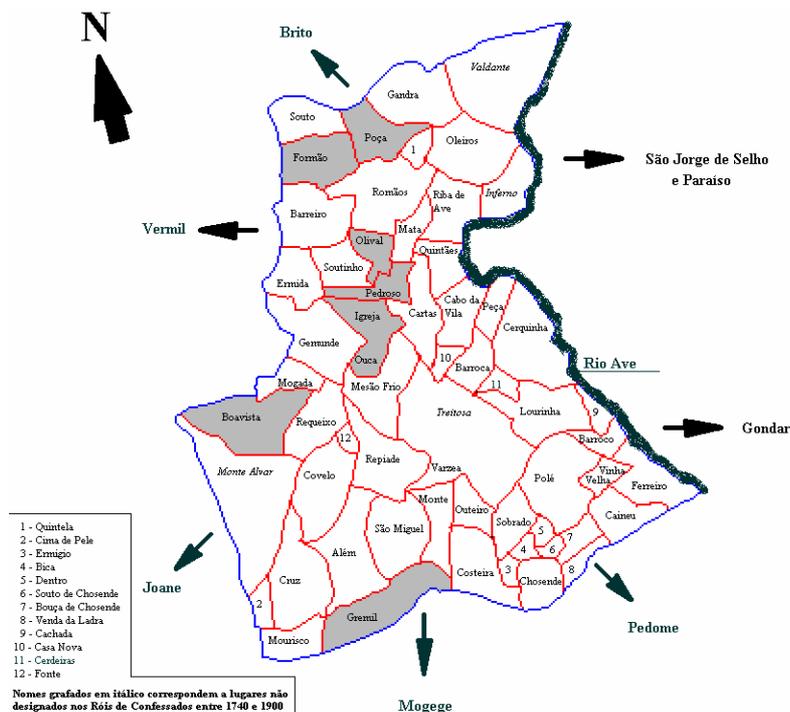
O primeiro ponto a ressaltar a partir deste quadro é que não aparecem estabelecimentos, oficinas, ou casas de trabalho ocupadas na fição e tecelagem do linho na freguesia de Ronfe, no ano de 1891. Por aí se pode confirmar a transformação pela qual passou a freguesia, que, de zona tradicionalmente ligada ao artesanato do linho, já no final do século XIX, nem um indivíduo sequer se ocupava, numa escala comercial, da produção ligada àquela matéria-prima.

O segundo ponto é que, conforme pode ser observado a partir do mapa da freguesia, constatamos a existência de uma área específica da freguesia onde essas atividades estavam centralizadas. É claro que não esquecemos aqui a dispersão da produção nos teares caseiros, mas queremos tão-somente registrar que, pelo menos os principais indivíduos que se dedicavam à exploração destas atividades, concentravam-se numa zona territorial particular da freguesia, com exceção da oficina de tinturaria de Anastácio Ribeiro Barbosa, localizada numa área geográfica mais afastada, no lugar do Gremil.

Para recuperar a trajetória dos indivíduos citados no Inquérito de 1891, o primeiro passo foi procurar os seus nomes na base de dados composta pelos atos vitais de batizado, casamento e óbito, procurando fichas de família e/ou de indivíduos nas quais aqueles nomes aparecessem. O segundo passo foi gerar, nos casos pertinentes, a genealogia de cada um deles, para encontrar as suas raízes na freguesia.

Comprovando mais uma vez que a freguesia de São Tiago de Ronfe exercia uma forte atração sobre a população das freguesias vizinhas, encontramos que dos onze indivíduos arrolados naquele Inquérito, três eram naturais de outras freguesias, portanto não localizamos a sua linha ascendente na paróquia. Descartaremos, neste momento, estes indivíduos e trataremos apenas das famílias que tinham suas raízes na freguesia de São Tiago de Ronfe¹⁰.

Distribuição das pequenas indústrias por lugar a partir do Inquérito Industrial de 1891



Dos oito indivíduos restantes, naturais de Ronfe, pudemos retrair, através dos seus percursos pessoais e familiares, um estreito vínculo de parentesco, que reunia nada menos do que *sete dos proprietários de pequenas indústrias*.

¹⁰ Para uma análise mais pormenorizada do conjunto de indivíduos citados no Inquérito Industrial de 1891 veja-se Scott, 1999b.

Havia um domínio inquestionável daquele setor de fiação e tecelagem do algodão nos limites geográficos da freguesia subordinado a determinadas famílias e, coincidentemente, cinco dos indivíduos estavam no mesmo nível geracional. Os teares não só teciam os panos de algodão, mas teciam também as histórias de certas famílias, que se entrecruzavam como as tramas laboriosamente executadas pelos tecelões que iam viver e trabalhar em São Tiago de Ronfe.

Foram as famílias dos Silva Martins, dos Diniz Machado e dos Fernandes aquelas que dominaram este ramo produtivo, sendo os proprietários das *pequenas indústrias* que se instalaram na freguesia. Apenas *Manuel Pereira Machado*, natural de Ronfe, não chegou a estabelecer relações com o grupo familiar que dominava as atividades de fiação e tecelagem do algodão.

Dos outros sete indivíduos envolvidos no ramo de fiação, tecelagem e tinturaria, pudemos identificar relações de parentesco bastante próximas.

José Manuel Fernandes pertencia a uma família há muitas gerações instalada na freguesia de São Tiago de Ronfe. Seus ascendentes mais remotos instalaram-se na freguesia no ano de 1642, com o casal Simão Fernandes e Catarina Gonçalves (371)¹¹, cujo primeiro filho foi batizado em Ronfe aos cinco dias do mês de agosto daquele ano. Viviam no lugar de Cabo da Vila, e tiveram cinco filhos, dos quais quatro casaram na freguesia.

Maria Fernandes, a segunda filha do casal, casou-se aos vinte e cinco anos com Domingos Gonçalves (107), também natural de Ronfe, ambos de famílias de proprietários. Foram instalar-se no lugar dos Romãos. Tiveram cinco filhos (Simão, João, Domingos, Águeda, Bento), dos quais três casaram na igreja de Ronfe.

João, o segundo filho do casal Maria Fernandes e Domingos Gonçalves, designado como lavrador, casou-se com Josefa Francisca, filha de Manuel Francisco e Margarida Lopes, do lugar de Chosende. Após as bodas foram residir no mesmo lugar dos pais de Josefa. Casaram-se no dia seis de dezembro de 1709 (246) e tiveram cinco filhos - três rapazes e duas raparigas. Destes, dois tiveram o casamento registrado nos assentos da igreja de Ronfe, Maria Francisca, em 1754 e António Francisco em 1757, ele designado como proprietário.

¹¹ Numeração entre parêntesis refere-se ao número da ficha de família de cada indivíduo citado.

António Francisco casou-se com Maria (435), e passaram a residir no lugar de Dentro. Tiveram nove filhos - seis raparigas e três rapazes. Seis deles casaram em Ronfe. Seu filho mais novo, Manuel José Fernandes, casou-se duas vezes. A primeira com Maria Francisca (1049), e com ela teve um único filho. Em segundas núpcias casou-se com Josefa Maria Machado (1057), natural da freguesia de Rebordões, com a qual teve cinco filhos - três rapazes e duas raparigas.

O terceiro filho deste casal foi exatamente *José Manuel Fernandes*, designado como fabricante, registrado no Inquérito Industrial de 1891. Ele havia casado no ano de 1854 com Joaquina Rosa (1037), filha de Agostinho José Fernandes (operário) e Antónia Maria Araújo (821), estabelecendo assim uma aliança com o grupo familiar que dominou o ramo da fiação e tecelagem naquela comunidade, interligando-se aos seis indivíduos restantes que foram mencionados no referido inquérito de 1891: *António Fernandes; Francisco José Fernandes; Joaquim Silva Martins; Augusto Silva Martins; José Joaquim Machado Guimarães*.

Todos os outros seis indivíduos dos sete mencionados, António Fernandes, Francisco José Fernandes, António Diniz Machado Carvalho, Joaquim Silva Martins, Augusto Silva (Martins), e José Joaquim Machado Guimarães, descendiam em linha direta de José de Araújo e de Maria Francisca (637), que se casaram na igreja de São Tiago de Ronfe no dia 31 de janeiro de 1757, conforme se pode observar na genealogia parcial desta família (Figura 01).

Tracemos a trajetória destas famílias, procurando compreender como chegaram a alcançar posição tão destacada naquele ramo de atividades. Quais seriam as raízes sociais e econômicas daqueles indivíduos?

Retomaremos as trajetórias partindo do casal que gerou todos aqueles ramos familiares (família 637 - José Araújo e Maria Francisca). Maria Francisca era natural de Ronfe, e casou-se com José (proprietário), natural de Pedome, e foram morar no lugar do Soutinho. Tiveram seis filhos, quatro mulheres e dois homens (Josefa, Paula, António, Francisca Manuel e Antónia), dos quais acompanhamos o casamento e a descendência de dois que vão gerar os indivíduos que praticamente monopolizaram as atividades de fiação, tecelagem e tinturaria do algodão naquela freguesia um século e meio mais tarde.

Ao falecerem tanto José como Maria Francisca fizeram menção a uma escritura, que foi transcrita pelo pároco no livro de testamentos da freguesia. Quando José Araújo faleceu,

assegurou a nomeação do seu prazo no lugar da Igreja a seu filho Antonio Araújo, enquanto sua mulher, ao falecer, oito anos mais tarde apenas declarava suas últimas vontades quanto aos seus bens da alma: Cópia da Escritura com que faleceu José de Araujo casado com Maria Francisca do lugar da Igreja, feita na nota de João Ribeiro Marcondes da vila de Guimarães no ano de 1787.

Nomeava seu prazo na Igreja a seu filho Antonio de Araujo com todas as suas pertenças e reservavam para si todo o uso e fruto enquanto vivos e lhe dotavam os seus terços com a obrigação de fazer o bem da alma ao último deles dotadores... uso e costume da sua freguesia e mais não disse... Ronfe 24 de Novembro de 1800.

Cópia da escritura com que faleceu Maria Francisca viúva que ficou de José de Araújo do lugar da Igreja desta freguesia de São Tiago de Ronfe que já se acha copiada neste livro a folha 7 enquanto ao pio.

Ela dita Maria de Araújo (sic) dispôs verbalmente que seus herdeiros lhe mandariam dizer pela sua alma vinte missas e pela alma de seu marido José de Araújo outras vinte missas e que seus herdeiros dariam a seu neto Antonio de Araújo mil e duzentos réis. São Tiago de Ronfe, 28/01/1808.

Destarte, o filho privilegiado foi o terceiro na ordem de nascimento e o primeiro varão. Um dos responsáveis pelo ramo familiar que nos interessa havia sido o herdeiro que assegurou a reprodução da casa-mãe. Acompanharemos, portanto, as descendências geradas por estes dois filhos do casal, Paula Maria Araújo e o herdeiro privilegiado, Antonio Agostinho Araújo, através da genealogia mencionada.

Paula, a segunda filha de José Araújo e Maria Francisca (637), casou-se, como seus pais, na igreja de Ronfe a 9 de julho de 1780, com Francisco José, que havia sido *enjeitado* na roda de Guimarães (541). Foram morar em fogo contíguo ao dos pais de Paula, que neste período viviam no lugar do Pedroso.

Paula e Francisco tiveram três filhos, -dois rapazes e uma rapariga - e só o primogénito teve seu casamento registado na igreja de Ronfe. Nenhum deles deixou testamento.

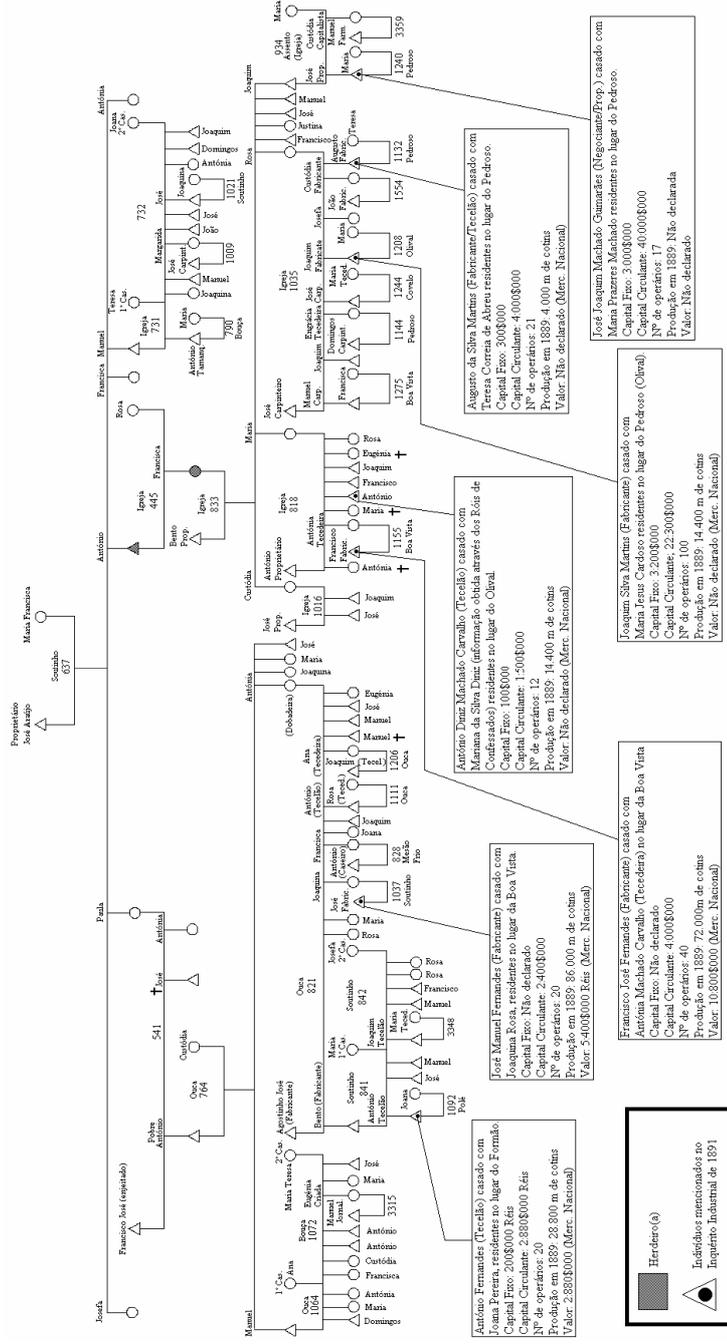
Seu primogénito, António José Araújo casou-se também na igreja de São Tiago de Ronfe a 24 de setembro de 1802, com Custódia Maria de Castro (764), natural da freguesia de São Miguel do Paraíso, e foram morar no lugar da Ouca. Tudo indica que António e Custódia não

conseguiram manter-se no estrato social dos proprietários, pois António foi dado como *pobre* pelo pároco da freguesia. Ele faleceu em 1840 e sua mulher, treze anos antes, no ano de 1827, e também não deixaram testamento.

Dos cinco filhos de António e Custódia, dois rapazes e três moças, interessa-nos exactamente a segunda filha, Antónia Maria de Araújo, nascida em 1805, que se casou na igreja de Ronfe aos 21 anos, com Agostinho José Fernandes (821), natural de São Jorge de Selho e fabricante, aos três dias do mês de Dezembro de 1826. Também foram morar logo após a realização das bodas em fogo contíguo ao dos pais de Antónia. Note-se que também o irmão de Antónia, que se casou em 1823, aparecia como morador junto de seu pai e sua irmã casada, embora não em fogo contíguo.

Agostinho e Antónia tiveram treze filhos, dos quais cinco casaram em Ronfe. Destes, sua filha Joaquina Rosa, a quarta por ordem de nascimento, é que se casou com *José Manuel Fernandes* (1037), mencionado acima. Ambos ao falecerem já se encontravam no período não coberto pelos livros de testamentos da freguesia.

Figura 1 - Genealogia Parcial dos Descendentes de Jose Araujo e Maria Francisca



O irmão de Joaquina, Bento José Fernandes, morador no lugar do Soutinho (fabricante), filho primogênito de Agostinho e Antónia (821), casou-se duas vezes, em primeiras núpcias com Maria Machado (841), cuja naturalidade desconhecemos, no ano de 1847, na igreja de Ronfe, tendo falecido no ano de 1858. O seu segundo casamento ocorreu já no ano seguinte, 1859, menos de um ano depois da morte da primeira mulher, com Josefa Oliveira (842), natural de Ronfe. Do primeiro matrimônio teve quatro filhos; e foi o seu filho primogênito deste casamento que apareceu no inquérito industrial, *António Fernandes*, que se casou com Joana Pereira, natural de Ronfe, no ano de 1875. Foi morar no lugar da Polé. António era tecelão, e sobrinho materno de Joaquina Rosa e *José Manuel Fernandes*.

Este foi o primeiro ramo que descendeu de Paula Maria e de Francisco José (541).

Entretanto o seu irmão António Agostinho Araújo teve uma situação mais privilegiada que sua irmã, pois ele foi o herdeiro que recebeu o prazo pertencente a seus pais, José Araújo e Maria Francisca (637). No ano do seu casamento, seus pais viviam no lugar do Pedroso. Ao casar-se, no ano de 1787, com Rosa Rodrigues Diniz (445), foi viver juntamente com seus pais, em fogo contíguo, no lugar do Pedroso.

António Agostinho e Rosa tiveram apenas uma filha, e foi exatamente a partir da prole gerada por sua filha, Francisca Diniz, casada com Bento Custódio Machado (833), que nos aproximaremos, uma geração a mais, ao grupo dos que detinham importante participação no setor de fiação e tecelagem. António Agostinho, entretanto faleceu pouco depois do casamento, pois já no ano de 1790 apareceu Rosa em fogo contíguo ao dos sogros, como viúva. Entretanto deve ter saído de Ronfe, pois naquele ano foi a última vez que foi registada nos róis de confessados. Provavelmente levou sua filha Francisca consigo.

Francisca Diniz só voltou à freguesia de Ronfe no ano de 1815, quando se casou com Bento Custódio (833). Seus avós também já haviam falecido, e ela foi morar no lugar do Mesão Frio (que se integrava ao lugar da Igreja). No rol de confessados daquele ano de 1815 (feito na época da Quaresma), Francisca Diniz foi registada a viver só, uma vez que o seu casamento só ocorreu no mês de outubro daquele mesmo ano.

Bento e Francisca tiveram oito filhos, -quatro rapazes e quatro moças. Casaram três filhas e um filho em Ronfe. Sua segunda filha, Maria Engrácia Diniz, casou-se em 1846 com António Carvalho (818), natural de Vermil e proprietário; assim como sua irmã Rosa Machado Diniz se casou com José Silva Martins (1035), carpinteiro, natural de Vila Nova de Sande, em data desconhecida.

O irmão mais jovem de Maria Engrácia e Rosa, Joaquim José Machado Guimarães (negociante), casou-se no ano de 1857 com Maria Rosa Ferreira (934), natural também de Ronfe, e foram residir no lugar do Assento (Igreja).

Estes três irmãos é que geraram, ou se casaram, com os últimos cinco indivíduos que apareceram no Inquérito de 1891.

Maria Engrácia e seu marido António tiveram seu filho, *António Diniz Machado Carvalho*, residente no Olival, registrado no Inquérito como *tecelão*, que empregava onze indivíduos no seu negócio de fiação e tecelagem. Morava também no lugar do Olival, sua mãe já viúva em 1890. Embora na ficha de família António seja dado como solteiro, já no ano de 1890 estava casado com Mariana da Silva Diniz, como pudemos verificar através do rol de confessados daquele ano.

Sua irmã Antónia Machado Carvalho também se casou com o *tecelão Francisco José Fernandes* (1155), que empregava quarenta indivíduos nas suas atividades, e residia no lugar da Boa Vista.

A terceira filha de Bento e Francisca, Rosa Machado Diniz, casou-se com José da Silva Martins (1035), *carpinteiro*, natural da freguesia de Vila Nova de Sande. Desconhecemos a data e o local da sua união, mas temos o registro do seu primeiro filho, Manuel, batizado na igreja de Ronfe, no ano de 1847. A Manuel seguiram-se mais sete filhos, dois dos quais mencionados no Inquérito industrial: *Joaquim Silva Martins* e *Augusto Silva Martins*.

Joaquim Silva Martins, fabricante, nasceu a 21 de janeiro de 1855 e casou-se com Maria Jesus Cardoso (1208), natural de Brito, e ao que indicam as fontes, na freguesia de S. Martinho de Candoso. Morava no lugar do Pedroso, com seu pai viúvo, na década de 1880. Casou-se em 1887, como apareceu registrado pelo pároco, no rol daquele ano. No ano seguinte, já residia em Ronfe com sua mulher, em fogo contíguo ao de seu pai. Em 1889, registrou-se o nascimento do seu primeiro filho.

Joaquim reunia o maior contingente de empregados num estabelecimento localizado na freguesia. No seu negócio de fiação de tecelagem reunia 100 empregados, vinte do sexo masculino e 80 do sexo feminino. Produziu, no ano de 1889, 14.400 metros de cotins para o mercado nacional. Dispunha de um capital fixo de 3:200\$000 réis e de um capital circulante de 22:300\$00, *o maior de todo o concelho de Guimarães*, naquele ramo de atividade. Foi designado como *tecelão* no inquérito de 1891.

Seu irmão mais novo, *Augusto Silva Martins*, também estava no negócio de fiação e tecelagem. Casou-se no ano de 1888, no dia 18 de abril, entretanto fora da freguesia de Ronfe, com Teresa Correia de Abreu. Após o casamento foram morar no mesmo fogo de seu pai, José Silva Martins, já viúvo. Lá moravam ainda seus irmãos solteiros. No inquérito industrial foi reconhecido apenas como Augusto Silva, *tecelão*, que contava com 21 empregados. O montante do seu negócio parecia ser bem mais modesto que o de seu irmão Joaquim, pois o capital fixo era de 300\$000 réis e o circulante era de 4:000\$000. Sua oficina fabricou mais de 4000 metros de cotins, também para o mercado nacional.

Finalmente temos ainda a descendência de Joaquim José Machado Guimarães (negociante) e de Maria Rosa Ferreira (934), também natural de Ronfe, que se casaram no ano de 1857 na igreja daquela freguesia. Foram residir no lugar da Igreja.

Tiveram dois filhos, Custódia Diniz Machado (capitalista), que se casou com o farmacêutico Manuel Maria Silva Melo, da freguesia de Sande, no ano de 1893, e para lá foram morar; e *José Joaquim Machado Guimarães* (negociante/proprietário), que se casou com Maria Prazeres Machado, natural de Brito (1240), em data desconhecida, mas moradores em Ronfe, no lugar do Pedroso. José Joaquim teve uma larga descendência, doze filhos.

Seu pai faleceu no ano de 1882. Em 1883 ele foi registrado como chefe do agregado, e vivia com seus irmãos solteiros. Naquele mesmo ano casou-se, conforme anotou o pároco no rol da desobriga. No ano seguinte, temos José, a mulher, um filho recém-nascido e uma criada no mesmo fogo. No fogo acima aparecia sua irmã Custódia, ainda solteira, que vivia com uma criada. Assim permaneceu até Custódia casar-se, com Manuel Maria, como foi referido acima.

José Joaquim, ao contrário de seus primos, tinha uma atividade ligada à tinturaria e dispunha, talvez, do negócio mais importante de todo

o concelho de Guimarães. Foi designado como tintureiro no inquérito, e empregava 17 indivíduos, treze do sexo masculino e apenas quatro do feminino. A sua produção não apareceu discriminada no inquérito, mas sabemos que o capital fixo que estava investido no seu negócio era de 3:000\$000, e que o circulante era de 40:000\$000, *o maior do concelho, não superado por nenhum outro ramo de atividade relacionado no inquérito.*

Parece ter sido decisiva para a trajetória de sucesso familiar daqueles indivíduos a escolha feita por José Araújo e Maria Francisca, nos inícios do século XIX, ao deixar o seu prazo nomeado no filho António Agostinho. Na geração seguinte o patrimônio permaneceu indiviso, nas mãos da única filha do casal.

Foi a partir do casamento desta filha, com Bento Custódio Machado, também proprietário, que provavelmente se estabeleceram as condições materiais para que seus netos pudessem dispor de meios para investir na atividade que veio a trazer profundas mudanças na comunidade e no interior daquele agrupamento familiar.

Duas conclusões podem ser tiradas destes percursos familiares ao longo dos dois séculos, remontando aos inícios dos anos setecentos. Primeiro, a forte tendência endogâmica apresentada. As famílias envolvidas na exploração das atividades ligadas à manufatura do algodão estavam fortemente ligadas por laços de consangüinidade. As que não estavam relacionadas eram exatamente aquelas que vieram de fora da freguesia, decerto atraídas pela situação favorável que São Tiago de Ronfe apresentava a nível de concelho.

Todos descendiam de famílias de proprietários radicados numa zona territorial definida da freguesia, composta pelo epicentro formado pelo lugar da Igreja, que ao longo do tempo apareceu e desapareceu incorporado aos lugares de Mesão Frio, Assento e Ouca. Na periferia da zona que compunha o coração da freguesia (onde estava o campanário, símbolo fundamental das comunidades minhotas), os descendentes destas famílias instalaram-se ao longo das gerações (lugares do Soutinho, Olival e Pedroso). Mais afastados deste núcleo foram encontrados os ramos familiares que se instalaram nos lugares da Boa Vista e do Formão.

Outro ponto que merece alguma reflexão é a influência que a atividade de fiação e tecelagem exerceu não só ao nível da família e daquela comunidade, mas em termos mais amplos, da própria sociedade rural minhota.

Feijó e Nunes defendem uma posição que se encaixa ao caso específico da freguesia de São Tiago de Ronfe. Para eles o surgimento das fábricas teve um papel ambíguo. Ao mesmo tempo elas, que contribuíram para a sobrevivência e consolidação de um padrão preexistente de pluriatividade, criaram novas oportunidades de emprego fora da agricultura, fato assinalado repetidas vezes ao longo destas páginas. Entretanto, o que deve ser ressaltado é que:

a maior parte das fábricas (geralmente unidades de pequena dimensão) surgiram em freguesias rurais. Este facto evitou que os laços que prendiam o camponês à terra fossem cortados, e que as relações familiares e o grupo co-residente como unidade social conservassem grande parte da sua importância no tocante à estruturação das relações sociais e à decisões acerca da alocação da força do trabalho familiar e da redistribuição do rendimento global do grupo co-residente” (Feijó e Nunes 1986):17

Mais do que isso - continuam os autores - esta situação permitia a manutenção dos sistemas tradicionais de apoio mútuo e entreajuda, seja em termos familiares, seja em termos paroquiais. Desta forma puderam ser mantidos os padrões de autoridade e as relações sociais próprias da sociedade camponesa, minimizando as conseqüências da industrialização.

Para Feijó e Nunes, o padrão demográfico prevalecente antes da criação de unidades fabris continuaria a manter-se, no essencial, ainda que com cambiantes intra-regionais: fraca intensidade do casamento, casamento tardio, fecundidade legítima elevada, ilegitimidade relativamente forte, acompanhada de forte emigração especialmente de indivíduos do sexo masculino para o Brasil, até às primeiras décadas do século XX.

Como os próprios autores reconheceram, haveria possibilidade de mudanças intra-regionais neste padrão. Os resultados encontrados para São Tiago de Ronfe apontam para esta última hipótese. Embora o casamento restrito e tardio continuasse a dominar, verificou-se tendência para o rebaixamento das idades médias de acesso ao primeiro casamento. As taxas de ilegitimidade apresentaram queda acentuada, atingindo no final do século XIX índices comparativamente mais modestos; o celibato definitivo tendeu também a ter a sua participação diminuída, bem como, as taxas de saída da população da freguesia, nomeadamente a masculina.

Paralelamente houve a entrada de contingentes populacionais provenientes de outras freguesias da região.

Em nossa opinião, o conjunto de mudanças registradas na freguesia de São Tiago de Ronfe, nos finais do século XIX, pode ser atribuído em grande parte à conjuntura econômica específica que atravessava o concelho de Guimarães naquele momento. As mudanças econômicas proporcionaram novas oportunidades para a população. A população masculina natural de Ronfe pôde permanecer na terra natal, ao mesmo tempo em que homens e mulheres de freguesias vizinhas foram atraídos pela situação favorável da freguesia. Uma situação de maior equilíbrio entre homens e mulheres, e oportunidades de trabalho que iam além da economia tradicional, permitiram o acesso ao casamento legítimo para um número cada vez maior de indivíduos. Entretanto essas mudanças não foram capazes, pelo menos no período examinado, de alterar as tradicionais relações de coesão e solidariedade familiares que caracterizavam a sociedade minhota de então. Permitiram apenas que mais indivíduos obtivessem as condições mínimas para aceder aos modelos familiares ideais: casal recebido diante da igreja que gerava filhos sob a égide do matrimônio católico. Agora era possível que esse modelo ideal se concretizasse para mais indivíduos, que encontravam na atividade têxtil a possibilidade de manutenção de uma família, independentemente de seu acesso a um pedaço de terra.

Nossa hipótese mais geral é aquela que admite que a “família possível” (formada através do concubinato e das uniões consensuais, ou pelas mães solteiras) gradativamente foi sendo substituída pela “família ideal”, fundada a partir do casamento. Cada vez mais os agregados formados por mulheres solteiras e acompanhadas de seus filhos naturais foram perdendo a importância. Homens e mulheres, antes alijados do mercado matrimonial e forçados a deixar a terra natal, puderam estabelecer-se e formar suas famílias, exatamente a partir do momento em que a agricultura deixou de ser a fonte básica de sustento das mesmas. O florescimento da manufatura do algodão, ainda que baseado num sistema de produção essencialmente manual, forneceu a base material para que homens e mulheres casassem mais, mais cedo, e que passassem a gerar menos filhos ilegítimos. Neste contexto, os arranjos familiares alternativos perderam a sua razão de existir.

Contudo estas hipóteses estão baseadas no estudo de uma comunidade apenas. Será necessário que, no futuro, novos estudos venham a confirmar, relativizar ou refutar estas afirmações. Seria

extremamente interessante avaliar até que ponto estas hipóteses podem ser aplicadas a um conjunto mais alargado de freguesias, não só àquelas situadas no concelho de Guimarães, mas para toda a área onde a manufatura têxtil teve importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1881. Ministerio das Obras Públicas, Commercio e Industria (1881) Inquerito Industrial de 1881. Inquerito Directo. Primeira Parte. Depoimentos e Segunda Parte Visita às Fabricas. Livro Segundo. Lisboa: Imprensa Nacional.

1891. Ministerio das Obras Públicas, Commercio e Industria (1891) Inquerito Industrial de 1891. Lisboa: Imprensa Nacional

Cordeiro, José Manuel Lopes. 1991. A persistência do 'sistema antigo': a indústria em Guimarães na época da Exposição de 1884. In Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884, ed. J. Meira e A. Sampaio. Porto: Tip. de Antonio José Teixeira. Reedição facsimilada da responsabilidade da Muralha - Associação de Guimarães para a Defesa do Património.

Cordeiro, José Manuel Lopes. 1995. Indústria e Paisagem na bacia do Ave. Cadernos do Noroeste 8 (2):47-68.

Feijó, Rui, e João Arriscado Nunes. 1986. Continuidade e Mudança: o Minho em perspectiva histórico/sociológica. Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura. Minho Terras e Gente. Braga (U.Minho) Inaugural:9-19.

Marques, Teresa Sá. 1988. Sistema Produtivo Industrial e Território. Um estudo da Têxtil em Guimarães. Revista da Faculdade de Letras (Porto) - Geografia IV:55-103.

Pina Cabral, João de. 1984. As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho. Análise Social 20 (1):97-112.

Pina Cabral, João de. 1989. Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão de mundo camponesa no Alto Minho. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Sampaio, Alberto, e Joaquim José de Meira. 1884. Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884. Fac-Simile Nov/1991 ed. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira.

Scott, Ana Silvia Volpi. 1999a. Alternativas locais à Emigração para o Brasil nos Finais do Século XIX. Paper apresentado nas Jornadas do NEPS: Comportamentos demográficos. População e Sociedade, 25 a 27 de Novembro, Guimarães.

Scott, Ana Silvia Volpi. 2002. Alternativas locais e regionais à emigração portuguesa para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do Concelho de Guimarães. Revista Brasileira de Estudos da População. Campinas, vol.19, p. 95-111.

Scott, Ana Silvia Volpi. 1999b. Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX). Vol. 6, Coleção Monografias. Guimarães: NEPS/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho.